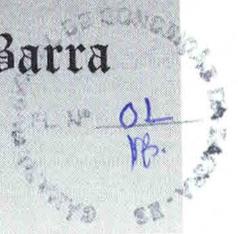




Câmara Municipal de Conceição da Barra



CÂMARA MUNIC. CONCEIÇÃO DA BARRA
EXERCICIO 2025



19874742025

Tipo, Espécie, Número e Ano

Processo, PROCESSO Nº 001598/2025 - Externo

Data e Hora de Abertura

29/08/2025 16:52:39

INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Detalhamento

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 91/2025.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL (PPA) DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA PARA O QUADRIÊNIO 2026 - 2029.

ENCAMINHADO: SECRETARIA LEGISLATIVA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº ____/2025

Protocolo Nº 1598/2025

Em, 29/08/2025

J. Ambrósio
Responsável

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual do Município de Conceição da Barra para o quadriênio 2026–2029.

O Plano Plurianual – PPA constitui-se em um dos principais instrumentos de planejamento e gestão governamental, conforme determina a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município. Seu objetivo é estabelecer, de forma integrada, as diretrizes, os programas e as metas da Administração Municipal para os próximos quatro anos, orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

O PPA 2026–2029 de Conceição da Barra foi elaborado a partir de amplo processo de diagnóstico, análise e participação social, buscando traduzir em políticas públicas as demandas da população barrense, alinhadas às condições fiscais do Município, à sustentabilidade do desenvolvimento local e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

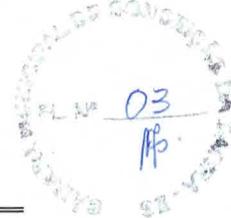
A estrutura do Plano foi organizada em sete eixos estratégicos, que orientam os programas e ações a serem desenvolvidos pela gestão municipal:

1. Equidade Territorial, Social e Econômica;
2. Cidade Integrada, Acessível e Justa;
3. Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar;
4. Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento;
5. Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;
6. Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva;
7. Governança Municipal.

Esses eixos reúnem os resultados estratégicos, áreas temáticas, programas e ações que expressam a visão de futuro desta gestão, em consonância com o compromisso



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



assumido de promover inclusão, equidade, justiça social, sustentabilidade e fortalecimento da administração pública.

Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para garantir planejamento, transparência e continuidade das políticas públicas, bem como para assegurar que os investimentos municipais atendam às necessidades reais da população.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à análise desta Casa Legislativa, confiando na costumeira atenção e no indispensável apoio dos Senhores Vereadores para a sua aprovação.

Gabinete do Prefeito de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, aos ____ dias do mês de _____ de 2025.

JOSE ERIVAN
TAVARES DE
MORAES:77694252472

Assinado digitalmente
por JOSE ERIVAN
TAVARES DE
MORAES:77694252472
Data: 2025.08.29
15:57:24 -0300

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 91 DE 29 DE 08 DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Protocolo Nº 1598/2025

Em 29/08/2025

[Assinatura]
PREFEITO

Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Conceição da Barra para o quadriênio 2026-2029.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026–2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição federal e § 1º do art. 174 da Lei Orgânica do Município de Conceição da Barra, na forma do anexo desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual 2026–2029 é o instrumento de planejamento governamental, no âmbito da Administração Pública municipal, que orienta a implementação de políticas públicas e se pauta pelo conjunto de premissas:

- I - gestão para resultados;
- II - realismo fiscal;
- III - participação social;
- IV - legitimidade e comprometimento;
- V - conhecimento e inovação;
- VI – multissetorialidade;
- VII - qualificação da gestão interna.

Art. 3º - O Plano Plurianual 2026–2029, que organiza a atuação municipal, está estruturado nas dimensões estratégica, tática e operacional, cujos elementos centrais são os Eixos Estratégicos correlacionados aos respectivos Resultados Estratégicos, Áreas Temáticas e Programas, assim definidos:

I - Eixo Estratégico: componente da base estratégica que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de direcionar as políticas públicas para proporcionar uma vida mais digna a todos os moradores dos diversos territórios que integram a cidade de Conceição da Barra. São atributos do eixo:



PREFEITURA MUNICIPAL
**CONCEIÇÃO
DA BARRA**
ESPÍRITO SANTO

05
16

PLANO PLURIANUAL

2026

2027

2028

2029

GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – GPLAN
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS



a) Resultado Estratégico – que traduz a situação futura que se deseja visualizar no eixo, medida por indicadores de impacto.

II - Área Temática: componente da base estratégica que consiste em desdobramento do eixo na figura das diversas políticas públicas municipais e pode ser classificado em setorial ou multissetorial, conforme o envolvimento de um ou mais setores na execução de seus programas;

III - Programa: componente da base tática que consiste no instrumento de organização da ação governamental, visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível das áreas temáticas quanto no dos eixos, na perspectiva da solução ou da amenização de problemas, do atendimento de demandas ou da criação/aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento para a população barrense. O programa deve ter a abrangência necessária para representar os desafios e a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação, podendo ser:

a) finalístico – gera bens e serviços para a sociedade, prioritariamente, ou para o governo, de forma secundária;

b) Gestão/apoio – voltado para o funcionamento da máquina administrativa do município, contemplando iniciativas e entregas padronizadas para todos os órgãos e entidades destinados ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental;

§ 1º. Para cada indicador estratégico será estabelecida a expectativa de desempenho ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do PPA.

§ 2º. A aferição do desempenho do PPA, no âmbito do objetivo do programa finalísticos, será proporcionada pela figura dos indicadores de resultado, também denominados indicadores programáticos, sendo estabelecidas metas de desempenho ao longo dos 4 (quatro) anos de vigência do PPA.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

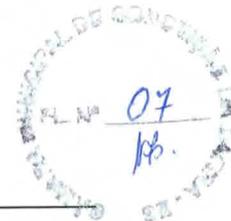
Art. 4º - O Plano Plurianual 2026–2029 foi elaborado com base nas diretrizes dispostas em sete eixos que congregam programas e ações, com o fim de alcançar os resultados estratégicos a seguir relacionados:

Eixo I – Equidade Territorial, Social e Econômica:

a) Resultado Estratégico: territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana.

Eixo II – Cidade Integrada, Acessível e Justa:

a) Resultado Estratégico: melhoria da forma e da acessibilidade urbana.



Eixo III – Vida comunitária, acolhimento e bem-estar:

- a) Resultado Estratégico 01: melhoria da saúde da população barrense;
- b) Resultado Estratégico 02: comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade;
- c) Resultado Estratégico 03: promoção da atenção integral à juventude, com ênfase na inserção produtiva e social.

Eixo IV – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento:

- a) Resultado Estratégico: população com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais de Conceição da Barra

Eixo V – Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais:

- a) Resultado Estratégico: recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada.

Eixo VI – Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva:

- a) Resultado Estratégico: desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado.

Eixo VII – Governança Municipal:

- a) Resultado Estratégico: gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, no equilíbrio fiscal e na transparência

Art. 5º - Integram o PPA 2026–2029 as seguintes partes:

I - Livro 01:

- a) Capítulo 1 – Abordagem Introdutória acerca da elaboração do PPA de Conceição da Barra;
- b) Capítulo 2 – Diagnóstico e Perspectivas para a Cidade de Conceição da Barra;
- c) Capítulo 3 – População Barrense e o Processo de Planejamento Participativo – PPA 2026-2029;
- d) Capítulo 4 – Dimensão Estratégica do PPA 2026–2029;
- e) Capítulo 5 – Financiamento do Plano Plurianual Barrense;

II - Livro 02 – Anexos da Lei:

- a) Relatório I – PPA - Fontes de Financiamento dos Programas;



- b) Relatório II – Fontes de Financiamento dos Programas por Vínculo;
- c) Relatório III – PPA - Descrição dos Programas/Metas/Custos;
- d) Relatório IV – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- e) Relatório V – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;
- f) Relatório VI – Programas Finalísticos;
- g) Relatório VII – Quadro de Detalhamento do PPA - Programas Governamentais;
- h) Programas e seus Indicadores;
- i) Resumo do PPA;
- j) Programas, Ações e Órgãos.

Art. 6º - Os programas e as ações deste Plano Plurianual serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 7º - O valor global dos programas, as metas e os enunciados dos objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º - A exclusão ou a alteração de programas constantes nesta Lei ou a inclusão de um novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei.

Art. 9º - O Plano Plurianual incorpora automaticamente as alterações estabelecidas pelas leis orçamentárias anuais aprovadas pela Câmara Municipal de Conceição da Barra e suas alterações, devendo a Secretaria Municipal do Planejamento, no que tange a Gestão de Planejamento e Orçamento efetivar os ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.

Art. 10 - A Prefeitura de Conceição da Barra poderá formular revisões gerais do PPA durante sua execução, devendo submetê-las à aprovação da Câmara Municipal de Conceição da Barra - ES.

Art. 11 - A Secretaria Municipal do Planejamento, Finanças e Tributação de Conceição da Barra, por meio da Gestão de Planejamento e Orçamento disponibilizará no portal da Prefeitura na internet a lei e os anexos do PPA atualizados em até 30 (trinta) dias após sua aprovação original ou a de suas alterações.

CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA DO PLANO PLURIANUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



Art. 12 - A governança do PPA 2026–2029 visa alcançar os objetivos e as metas estabelecidos, sobretudo para a garantia de acesso às políticas públicas e à sua fruição pela sociedade e busca o aperfeiçoamento dos:

- I - mecanismos de implementação e integração de políticas públicas;
- II - critérios de regionalização de políticas públicas; e
- III - mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026–2029.

Art. 13 - A gestão do PPA 2026–2029 observará os princípios da publicidade, da eficiência, da impessoalidade, da economicidade e da efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão deste Plano Plurianual.

Art. 14 - O Plano Plurianual será sistemática e operacionalmente acompanhado e monitorado para averiguação do cumprimento dos objetivos, das metas e das ações dos programas de governo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação, por meio da Gestão de Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. Caberá à GPLAN definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para o monitoramento dos programas especificados no caput, junto aos órgãos e às entidades da Administração Pública municipal.

Art. 15 - Os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela condução dos programas deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela GPLAN, as informações relacionadas com a execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 16 - O Poder Executivo municipal enviará à Câmara de Vereadores de Conceição da Barra, até os dias 30 de abril de 2028 e 30 de abril de 2030, relatório de avaliação do Plano Plurianual relativo, respectivamente, aos biênios 2026–2027 e 2028–2029.

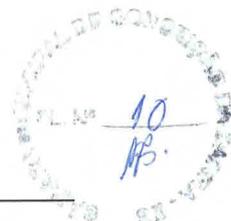
§ 1º. Caberá a GPLAN, em articulação com os demais departamentos da Secretaria de Planejamento, Finanças e Tributação, a coordenação e a elaboração do relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente aos biênios definidos no caput desse artigo.

§ 2º. O relatório a que se refere o caput deste artigo conterá, no mínimo:

- I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se for o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e os observados;
- II - demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e da acumulada;
- III - acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO



IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador, do cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento da execução e da avaliação do Plano Plurianual de que trata esta Lei.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

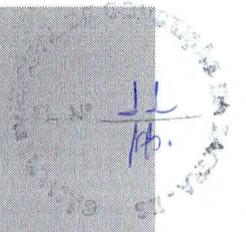
Gabinete do Prefeito de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco.

JOSE ERIVAN
TAVARES DE
MORAES:77694252472

Assinado digitalmente
por JOSE ERIVAN
TAVARES DE
MORAES:77694252472
Data: 2025.08.29
15:59:33 -0300

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Jaanna Jamila Hermsdorff Seif Eddine
Gestor Especial de Governo
Portaria 18/2025



CADERNO 01



INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 do município de Conceição da Barra representa um importante passo na consolidação de uma gestão pública democrática, participativa e orientada por resultados. Em consonância com os compromissos assumidos no Plano de Governo do Prefeito José Erivan Tavares de Moraes, este instrumento de planejamento visa organizar as ações da administração municipal em médio prazo, integrando diretrizes, programas, objetivos e metas voltados à promoção do desenvolvimento sustentável, à valorização do cidadão e à melhoria contínua da qualidade de vida em todo o território barrense.

Com base em um processo amplamente participativo, que contou com a escuta ativa da população nos diversos distritos e comunidades – como Itaúnas, Braço do Rio, Sayonara, Cricaré e a sede do município – o PPA 2026–2029 expressa às reais necessidades da população e direciona os esforços públicos de forma planejada, transparente e eficiente. Foram promovidas consultas públicas e reuniões com os conselhos municipais, garantindo o envolvimento dos diversos segmentos sociais e reafirmando o compromisso da gestão com a transparência (ODS 16) e a participação cidadã (ODS 17).

Este Plano está estruturado em torno de eixos estratégicos que traduzem os grandes desafios e prioridades do município: educação de qualidade e em tempo integral; saúde humanizada e acessível; valorização da agricultura familiar e da pesca tradicional; turismo sustentável e economia criativa; habitação e saneamento; proteção social; infraestrutura urbana e rural; além da modernização da gestão pública e da proteção ao meio ambiente. Cada um desses eixos está vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso do município com uma agenda global de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O PPA 2026–2029 adota uma metodologia baseada em evidências e em boas práticas de gestão pública, fortalecendo o alinhamento entre o planejamento, o



orçamento e os resultados esperados. Estabelece indicadores, metas e ações que serão monitoradas ao longo dos quatro anos de sua vigência, promovendo uma gestão pública eficiente e com foco na entrega de bens e serviços públicos de qualidade à população. A compatibilização com os demais instrumentos de planejamento – como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – assegura coerência, responsabilidade fiscal e sustentabilidade das políticas públicas.

Diante dos desafios enfrentados em nível local, regional e nacional, o PPA reafirma a importância do planejamento como ferramenta fundamental para a superação das desigualdades, o fortalecimento da economia local e o cuidado com as pessoas e com o território. Mais do que um documento técnico, o Plano Plurianual 2026–2029 é a expressão do projeto coletivo de cidade que está sendo construído em Conceição da Barra, com olhar atento ao futuro e compromisso com as próximas gerações.

Conceição da Barra avança com planejamento responsável, participação popular e gestão eficiente, unindo tradição e inovação para continuar sendo um lugar de esperança, dignidade e oportunidade para todos os seus cidadãos.

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 de Conceição da Barra não se restringiu à produção de um documento técnico-formal. Tratou-se de um verdadeiro processo de articulação institucional e diálogo social, que envolveu diferentes atores governamentais e a comunidade barrense em todas as suas dimensões. Essa abordagem garantiu que o Plano se constituísse em um instrumento legítimo, participativo e alinhado às reais demandas da população, sem perder de vista a sustentabilidade fiscal e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

No âmbito interno da administração, a Prefeitura mobilizou suas Secretarias Municipais e equipes técnicas, promovendo oficinas, reuniões setoriais e momentos de construção coletiva. Cada secretaria, a partir de sua expertise e da realidade específica de sua área de atuação, apresentou diagnósticos, indicadores e propostas de programas e ações. Essa prática assegurou a integração entre as políticas públicas, a identificação de prioridades e a formulação de estratégias de



médio prazo, evitando sobreposições de iniciativas e promovendo maior sinergia entre os órgãos da administração municipal.

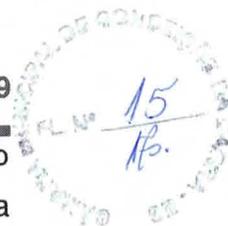
Paralelamente, a construção do PPA contou com forte componente de participação social, reafirmando o compromisso da gestão com a democracia participativa e com os princípios de transparência e controle social. Foram realizadas consultas públicas no portal oficial da Prefeitura, possibilitando que cidadãos de diferentes comunidades registrassem suas sugestões e apontassem as áreas prioritárias de investimento. Essa escuta online foi fundamental para ampliar o alcance da participação, garantindo a inclusão de contribuições de moradores que, por diferentes razões, não puderam participar presencialmente das reuniões.

Além disso, houve a realização de uma audiência pública, em que a sociedade civil organizada, representantes de conselhos municipais, associações comunitárias, agricultores, pescadores, juventude, mulheres, lideranças culturais e empresariais puderam se manifestar. Esse espaço reforçou a transparência do processo e permitiu um debate qualificado sobre os desafios e oportunidades de Conceição da Barra para os próximos anos.

Outro pilar essencial foi às reuniões com os Conselhos Municipais de diferentes áreas — assistência social, entre outros. Esses colegiados trouxeram contribuições específicas, enriquecendo a formulação do PPA com propostas baseadas na realidade cotidiana dos serviços públicos e nas demandas concretas da população. A integração dessas vozes reforçou a legitimidade do plano e fortaleceu a governança municipal.

Também se destacam as atividades de escuta ativa realizadas nos distritos e comunidades do município, como Itaúnas, Braço do Rio, Sayonara, Cricaré e a sede de Conceição da Barra. Esses encontros evidenciaram a diversidade territorial e cultural do município e permitiram que o PPA incorporasse tanto as demandas urbanas quanto as rurais, garantindo que o planejamento municipal reflita a pluralidade da realidade barrense.

Dessa forma, o PPA 2026–2029 traduz não apenas um planejamento técnico, mas um pacto social construído a várias mãos, com a participação do poder público e da sociedade. Ele se torna, portanto, um instrumento de gestão democrática que busca



assegurar a continuidade das políticas públicas, fortalecer a confiança da população na administração municipal e oferecer condições para que Conceição da Barra avance em direção a um futuro de inclusão, sustentabilidade e justiça social.

A metodologia adotada privilegiou a integração entre planejamento, orçamento e gestão por resultados, estabelecendo metas claras e indicadores mensuráveis que permitirão o acompanhamento sistemático da execução do Plano. Essa lógica garante que o PPA não seja apenas uma carta de intenções, mas sim uma ferramenta prática para orientar as ações governamentais, monitorar avanços e corrigir rumos sempre que necessário.

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, cada eixo estratégico do PPA foi formulado com vistas a alinhar o desenvolvimento local às grandes metas globais de sustentabilidade, justiça social e promoção da dignidade humana. Esse alinhamento internacional reforça o compromisso de Conceição da Barra em contribuir com uma agenda de futuro que ultrapassa os limites do território municipal, conectando a gestão local a um esforço mais amplo de transformação social e ambiental.

Assim, o PPA 2026–2029 é, ao mesmo tempo, um mapa estratégico de médio prazo e um compromisso público: ele aponta caminhos para enfrentar as desigualdades, valorizar as potencialidades locais, fortalecer a economia solidária e sustentável, ampliar a proteção social e modernizar a gestão municipal. Mais do que números e metas, o Plano representa a síntese de um projeto coletivo de cidade, construído com diálogo, responsabilidade e visão de futuro.



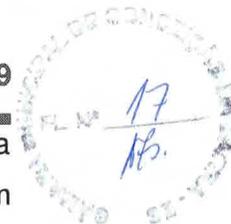
DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVA PARA A CIDADE

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Diagnóstico Socioeconômico do Município de Conceição da Barra – Subsídio ao PPA 2026–2029

O Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 do Município de Conceição da Barra foi estruturado a partir de um processo de planejamento baseado em evidências, orientado por informações estatísticas, indicadores de desempenho e análises socioeconômicas atualizadas do território municipal. Esse diagnóstico prévio permitiu identificar com precisão os desafios estruturais e conjunturais que afetam a população, como desigualdades sociais, carências em infraestrutura urbana e rural, fragilidades na rede de serviços públicos, vulnerabilidades ambientais e potenciais de dinamização econômica. A utilização desses dados como fundamento da formulação do Plano assegura que as políticas públicas priorizadas tenham aderência às necessidades reais da sociedade barrense, garantindo racionalidade na alocação de recursos e maior efetividade na execução das ações governamentais.

A partir dessa base técnica, o PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas orientados para resultados de médio prazo, considerando a integração entre desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. O planejamento incorpora metodologias modernas de gestão pública, como a definição de indicadores de impacto e de resultado, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a compatibilização com os instrumentos de programação orçamentária, a exemplo da LDO e da LOA. Dessa forma, o Plano não se configura apenas como um instrumento legal, mas como um modelo de gestão



estratégica, capaz de articular políticas multissetoriais e de promover uma administração pública eficiente, transparente e responsável. Ao fundamentar-se em diagnóstico técnico e em evidências concretas, o PPA 2026–2029 consolida-se como ferramenta essencial para o fortalecimento da governança municipal e para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

1. População Total e Crescimento Demográfico

De acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Conceição da Barra, localizado no extremo norte do Estado do Espírito Santo, apresentou no Censo Demográfico de 2022 uma população de 27.458 habitantes. Em estimativa mais recente, publicada em 2024, o contingente populacional municipal alcançou aproximadamente 28.953 pessoas, evidenciando um incremento de 5,4% em apenas dois anos. Esse dado revela uma taxa de crescimento expressiva para o contexto de pequenos e médios municípios do Sudeste brasileiro, superando a média estadual e regional em determinados períodos. A análise desse fenômeno demográfico é fundamental para o planejamento público, na medida em que impacta diretamente a demanda por serviços de saúde, educação, assistência social, habitação e infraestrutura urbana, exigindo da administração municipal estratégias de médio e longo prazo capazes de responder à pressão exercida sobre a rede de serviços públicos e sobre a utilização dos recursos orçamentários.

Esse crescimento populacional pode ser atribuído a fatores estruturais e conjunturais associados à realidade local. Destacam-se, entre eles, a expansão das atividades turísticas, impulsionadas pela valorização do litoral e dos atrativos culturais de Itaúnas e demais comunidades tradicionais; o fortalecimento do setor de serviços, responsável por absorver significativa parcela da mão de obra local; e o dinamismo do setor da construção civil, vinculado tanto a investimentos privados quanto a obras públicas. Além desses elementos, é relevante considerar o fator de atratividade exercido pelo município em razão de suas belezas naturais, tradições culturais, potencial pesqueiro e agrícola, que o tornam um território de oportunidades de trabalho e de qualidade de vida. Essa combinação de variáveis confere a Conceição da Barra um perfil de crescimento singular, reforçando a necessidade de políticas

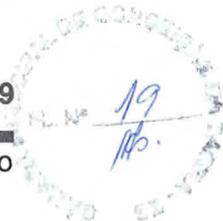


públicas integradas e de um planejamento municipal alinhado às perspectivas de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2. Densidade Demográfica e Extensão Territorial

Com uma área territorial de 1.182,6 km², o município de Conceição da Barra apresenta, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, uma densidade demográfica de aproximadamente 23,2 habitantes por quilômetro quadrado. Esse indicador revela um padrão de ocupação caracterizado como de baixa densidade, especialmente quando comparado à média estadual e nacional, reforçando a predominância de um território ruralizado, com núcleos populacionais dispersos e comunidades distribuídas em áreas de difícil acesso. Essa configuração espacial exerce influência direta sobre a formulação e implementação das políticas públicas, uma vez que a prestação de serviços de saúde, educação, transporte e assistência social tornam-se mais complexa e onerosa em contextos de dispersão populacional. A baixa densidade, ao mesmo tempo em que sugere menor pressão urbana imediata, demanda estratégias inovadoras de regionalização dos serviços, descentralização administrativa e aproveitamento de tecnologias de gestão territorial para garantir a universalização do acesso e a eficiência na aplicação dos recursos.

Outro aspecto relevante da configuração territorial de Conceição da Barra é a presença de uma extensa faixa litorânea, associada a ecossistemas sensíveis, comunidades tradicionais e atividades econômicas estratégicas, como o turismo, a pesca artesanal e a agricultura familiar. Essa condição reforça a dualidade do município: de um lado, áreas rurais dispersas, que necessitam de políticas voltadas à integração produtiva e à infraestrutura básica; de outro, áreas costeiras de alto valor socioeconômico e ambiental, que exigem planejamento cuidadoso para conciliar desenvolvimento com preservação. A combinação de baixa densidade demográfica e extensa extensão territorial impõe, portanto, desafios adicionais à gestão municipal, sobretudo no que se refere à integração física e social das comunidades, ao fortalecimento da mobilidade entre distritos e à garantia de serviços públicos de qualidade em todo o território. Nesse sentido, o Plano Plurianual 2026–2029 busca alinhar o planejamento orçamentário e estratégico às especificidades geográficas de Conceição da Barra, assegurando políticas



adaptadas à realidade local e compatíveis com as demandas de um município territorialmente amplo, diverso e heterogêneo.

3. Estrutura Etária e Perfil Demográfico

A análise da pirâmide etária de Conceição da Barra evidencia um perfil populacional ainda predominantemente jovem, porém com sinais consistentes de envelhecimento progressivo, em consonância com a tendência observada em âmbito nacional. De acordo com o último Censo Demográfico com detalhamento por faixas etárias (2010), a distribuição indicava que 28% da população era composta por crianças e adolescentes (0 a 14 anos), 27% por jovens e adultos jovens (15 a 29 anos), 36% por adultos em idade produtiva (30 a 59 anos) e 9% por idosos (60 anos ou mais). Essa estrutura demonstra, à época, uma base demográfica ainda alargada, com forte presença de indivíduos em idade escolar e em início de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que já se observava um contingente significativo de pessoas em processo de envelhecimento. A combinação de juventude majoritária e crescimento relativo da população idosa impõe ao poder público a necessidade de pensar políticas públicas de forma integrada, garantindo tanto a ampliação da oferta de educação, qualificação profissional e geração de emprego, quanto a estruturação de serviços de saúde, previdência e assistência social adaptados às demandas de longo prazo.

As estimativas mais recentes reforçam a tendência de aumento da proporção de idosos, o que se traduz em novos desafios para a formulação do planejamento municipal. O processo de envelhecimento populacional exige a adoção de políticas de caráter preventivo e sustentável, especialmente voltadas à saúde preventiva, ao incentivo de hábitos de vida saudáveis, à adaptação da infraestrutura urbana para garantir mobilidade e acessibilidade e ao fortalecimento da rede de proteção social. Ao mesmo tempo, a manutenção de uma população jovem significativa impõe a necessidade de expandir investimentos em educação básica e técnica, além de políticas de estímulo à inovação e à economia criativa como forma de absorver essa força de trabalho emergente. Nesse cenário, o Plano Plurianual 2026–2029 busca estabelecer diretrizes que articulem as demandas intergeracionais, conciliando o atendimento imediato das necessidades da população jovem com o planejamento de médio e longo prazo para garantir qualidade de vida à população idosa,

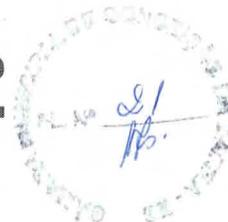


assegurando, assim, um desenvolvimento equilibrado e inclusivo para todas as faixas etárias do município.

4. Composição Urbana e Rural

A configuração territorial de Conceição da Barra evidencia uma predominância marcante da população residente em áreas urbanas, o que reflete um processo de urbanização consolidado, comum à maior parte dos municípios de porte semelhante no Espírito Santo e na região Sudeste. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 79% da população (22.575 pessoas) estava concentrada em áreas urbanas, enquanto 21% (5.874 pessoas) residiam em áreas rurais. Esse quadro indica que a maior parte das demandas sociais, de infraestrutura e de serviços públicos tende a se concentrar nos espaços urbanos, exigindo do poder público investimentos contínuos em saneamento, mobilidade, habitação, saúde e educação. Por outro lado, a manutenção de uma proporção significativa da população em áreas rurais, distribuída de forma dispersa pelo território, cria desafios adicionais relacionados à logística de atendimento, à conectividade digital e à integração territorial, aspectos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

Nas comunidades rurais, a análise da composição etária revela a presença expressiva de crianças e adolescentes de até 14 anos, representando 30,7% desse contingente populacional. Essa característica demográfica impõe a necessidade de políticas públicas direcionadas para assegurar o pleno acesso à educação básica de qualidade, incluindo a oferta de transporte escolar seguro e eficiente, bem como a ampliação da rede de ensino em localidades mais distantes. Além disso, a juventude rural demanda investimentos em saúde preventiva, esporte, lazer e capacitação profissional, visando à redução das desigualdades em relação ao espaço urbano. A inclusão digital e o fortalecimento das políticas de infraestrutura no meio rural são igualmente relevantes para promover a equidade territorial e evitar a intensificação de processos migratórios para a sede municipal. Nesse contexto, o Plano Plurianual 2026–2029 busca alinhar estratégias de desenvolvimento que considerem a heterogeneidade do território barrense, assegurando que tanto a população urbana quanto a rural tenham garantidos seus direitos e oportunidades de desenvolvimento humano e social.



5. Desafios e Implicações para o Planejamento 2026–2029

A análise integrada dos dados demográficos e territoriais do Município de Conceição da Barra evidencia uma realidade multifacetada, caracterizada por contrastes entre áreas urbanas e rurais, heterogeneidade etária e potencialidades econômicas diversas. Entre os desafios estruturais identificados, destacam-se a necessidade de expansão e modernização da infraestrutura urbana, em função do crescimento populacional e da demanda por serviços públicos eficientes; a redução das desigualdades territoriais, garantindo que comunidades rurais tenham acesso equitativo à educação, saúde, transporte e saneamento; e a promoção de oportunidades de emprego e qualificação para jovens e adultos, como forma de ampliar a inserção produtiva e reduzir vulnerabilidades socioeconômicas. Além disso, a população idosa requer políticas públicas específicas de cuidado, mobilidade, saúde preventiva e inclusão social, enquanto os ativos culturais e naturais do município constituem vetores estratégicos que devem ser valorizados para fomentar o turismo sustentável, a economia criativa e a identidade local.

O PPA 2026–2029 foi concebido a partir desse diagnóstico estratégico, servindo como instrumento para organizar programas, metas e indicadores que consolidem o desenvolvimento humano, social e econômico do município de forma equilibrada e sustentável. A estruturação dos eixos estratégicos e a definição de prioridades consideram tanto as demandas imediatas quanto os desafios de médio e longo prazo, permitindo que a administração municipal atue de forma planejada, eficiente e participativa. Ao alinhar ações setoriais com políticas intersetoriais, o Plano busca fortalecer a identidade barrense, promover a equidade territorial, incentivar o uso sustentável dos recursos naturais e assegurar uma gestão pública transparente e responsável. Dessa forma, o PPA constitui-se como ferramenta estratégica para orientar o Município na construção de políticas inclusivas, inovadoras e orientadas para resultados mensuráveis, garantindo que as decisões de governo reflitam as necessidades da população e os objetivos de desenvolvimento sustentável.



EDUCAÇÃO

A educação pública de Conceição da Barra – ES constitui um dos pilares estratégicos da política municipal voltada à promoção da equidade, da cidadania e da transformação social. A partir da análise dos dados disponíveis e do compromisso com a melhoria contínua da rede municipal de ensino, esta seção apresenta um diagnóstico técnico com foco no ensino fundamental, baseando-se nos principais indicadores de acesso, permanência, aprendizagem e eficiência.

1. Estabelecimentos de Ensino Fundamental

O município conta com aproximadamente 27 unidades escolares com oferta de ensino fundamental, das quais 21 pertencem à rede municipal, 05 à rede estadual e 01 à rede privada. A rede municipal é responsável por cerca de 75% das matrículas, sendo, portanto, o principal agente executor da política pública de educação básica em Conceição da Barra. Esta capilaridade permite um atendimento diversificado, com unidades tanto na sede quanto nas localidades do interior, garantindo o acesso educacional em áreas rurais e comunidades tradicionais.

2. Distorção Idade-Série – Ensino Fundamental (Rede Municipal)

A taxa de distorção idade-série, que mede o percentual de estudantes com dois anos ou mais de atraso escolar, é um dos maiores desafios enfrentados pela rede municipal. Dados da Fundação Renova apontam que a taxa oscilou entre 22,0% em 2017 e 19,0% em 2020, refletindo um processo de lenta redução da defasagem escolar, mas ainda indicando que cerca de um em cada cinco alunos encontra-se em situação de atraso.

O enfrentamento dessa realidade requer políticas pedagógicas específicas, como ações de reforço escolar, programas de correção de fluxo e o fortalecimento da formação continuada de professores, em consonância com o plano de governo da atual gestão, que preconiza uma educação inclusiva, com foco na aprendizagem efetiva e no combate à evasão e à retenção.



3. Taxa de Abandono Escolar – Ensino Fundamental

A ausência de dados desagregados sobre a taxa de abandono na rede municipal dificulta o monitoramento sistemático do fluxo escolar. Contudo, considerando as fragilidades sociais em alguns territórios do município, especialmente nas zonas rurais e quilombolas, presume-se que o risco de abandono escolar esteja associado a fatores como vulnerabilidade socioeconômica, evasão por trabalho precoce e dificuldades de transporte escolar. A gestão atual tem se comprometido com a ampliação de políticas de permanência, como merenda de qualidade, oferta de transporte escolar seguro e valorização dos profissionais da educação.

4. IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representa um importante instrumento de avaliação da qualidade da educação. Embora os dados desagregados de IDEB municipal mais recentes ainda não estejam disponíveis, o Espírito Santo apresenta desempenho superior à média nacional nos anos iniciais do ensino fundamental, e Conceição da Barra segue em esforço contínuo para acompanhar esse padrão.

A gestão municipal compromete-se, no âmbito deste PPA, com a implantação de metas locais para o IDEB e com o fortalecimento da política de alfabetização na idade certa, com vistas à superação das lacunas de aprendizagem provocadas especialmente pela pandemia de COVID-19.

5. Direcionamentos Estratégicos

Com base no diagnóstico socioeducacional do município, o Plano Plurianual 2026–2029 organiza as ações educacionais de forma estruturada, com ênfase na melhoria contínua da qualidade de ensino e na ampliação do acesso à educação básica. As estratégias incluem o fortalecimento da aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, priorizando a alfabetização e o desempenho nos indicadores nacionais de avaliação, como o IDEB, por meio de metodologias pedagógicas aprimoradas, capacitação docente e acompanhamento sistemático do desempenho



escolar. Além disso, o Plano busca reduzir a distorção idade-série, implementando programas de correção de fluxo escolar e estratégias de acompanhamento individualizado, garantindo que cada estudante alcance a progressão adequada dentro de sua trajetória educacional. Essas medidas visam assegurar equidade no aprendizado, promover a inclusão e criar condições para que todos os alunos possam alcançar resultados consistentes e mensuráveis.

Paralelamente, o PPA 2026–2029 estabelece ações voltadas à prevenção do abandono escolar, por meio de iniciativas de busca ativa de alunos, articulação multissetorial e ampliação de programas de assistência e permanência escolar. A gestão democrática da educação é reforçada pelo fortalecimento dos conselhos escolares, fóruns municipais e demais mecanismos de participação social, garantindo que decisões estratégicas contem com a colaboração de professores, famílias e comunidade. A infraestrutura escolar também recebe atenção prioritária, com investimentos na construção, ampliação e manutenção de espaços adequados e equipados, favorecendo um ambiente propício ao ensino-aprendizagem. Assim, o PPA articula de forma integrada políticas pedagógicas, estruturais e participativas, promovendo uma educação inclusiva, de qualidade e alinhada aos objetivos de desenvolvimento humano e social do município.

SAÚDE

1. Indicadores de Saúde

A saúde pública em Conceição da Barra é estruturada em torno da rede municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), com o apoio das esferas estadual e federal. A análise dos principais indicadores permite traçar um panorama dos desafios e avanços da política pública municipal na área da saúde, além de apontar necessidades prioritárias para o próximo ciclo do Plano Plurianual (2026–2029).

1.1 Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil — indicador-chave da qualidade dos serviços de saúde materno-infantil — tem oscilado ao longo dos anos no município. Dados do DATASUS mostram que Conceição da Barra apresentou uma taxa média de mortalidade infantil em torno de 12,5 óbitos por mil nascidos vivos (média dos



últimos cinco anos), acima da meta ideal recomendada pela OMS, que é inferior a 10 por mil. Isso revela a necessidade de reforço nas ações de atenção primária, acompanhamento pré-natal e neonatal, além de melhorias nos serviços hospitalares e de urgência.

1.2 Leitos em Unidades de Saúde

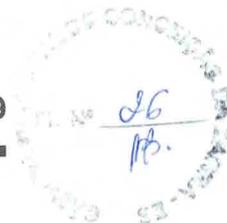
Conforme registros do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o município de Conceição da Barra conta com cerca de 38 leitos hospitalares, sendo a maioria concentrada na unidade de maior porte, o Hospital Municipal. A taxa de leitos por mil habitantes está abaixo da média nacional, que gira em torno de 2,2 leitos por mil habitantes, evidenciando um déficit importante, especialmente para internações de média e alta complexidade.

1.3 Unidades de Saúde

Atualmente, a rede municipal de saúde de Conceição da Barra é composta por 12 unidades básicas de saúde (UBS) distribuídas entre sede, distritos e comunidades do interior, com cobertura significativa da Estratégia Saúde da Família (ESF). Considerando todas as esferas (municipal, estadual e federal), o município possui 15 estabelecimentos de saúde ativos, conforme dados do CNES (junho de 2024), evidenciando a predominância da gestão municipal na prestação direta dos serviços de atenção primária.

1.4 Profissionais de Saúde com Ensino Superior no SUS

O número de profissionais de saúde com ensino superior vinculados ao SUS no município é um dado relevante para a qualificação da atenção à saúde. Conceição da Barra registra uma média de 2,8 profissionais de nível superior por mil habitantes, número ligeiramente abaixo do ideal recomendado pela Organização Pan-Americana da Saúde (3,0 por mil). Esse contingente inclui médicos, enfermeiros, dentistas e outros profissionais atuantes em tempo integral ou parcial nas unidades públicas.



ECONOMIA

1. Indicadores Econômicos

A compreensão da dinâmica econômica local é fundamental para o planejamento de políticas públicas sustentáveis. A análise dos indicadores econômicos, especialmente do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), revela a estrutura produtiva e o comportamento da economia barrense em relação ao Espírito Santo e ao país.

1.1 Produto Interno Bruto (PIB) de Conceição da Barra

O Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Conceição da Barra apresenta variações significativas ao longo da última década, refletindo a composição econômica diversificada, porém sensível a fatores externos e conjunturais. As atividades agropecuárias, a extração de petróleo e o setor de serviços configuram os principais motores da economia local, determinando o ritmo de crescimento e a geração de emprego e renda. Em 2021, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB municipal foi estimado em R\$ 978 milhões, representando um crescimento acumulado de aproximadamente 23% em relação a 2010. Essa evolução demonstra a capacidade de expansão da economia barrense, ainda que a dinâmica econômica seja marcada por ciclos de alta e baixa associados à sazonalidade produtiva, às flutuações nos preços das commodities e às variações de demanda interna e externa. A compreensão desse cenário é essencial para subsidiar políticas públicas de fomento econômico, gestão orçamentária e planejamento estratégico, garantindo que os recursos municipais sejam direcionados de forma eficiente e sustentável.

Adicionalmente, a dependência de fatores sazonais e da precificação de commodities, especialmente petróleo e celulose, evidencia a vulnerabilidade estrutural da economia local frente às oscilações de mercado. Essa realidade impõe ao Poder Público a necessidade de diversificar a matriz econômica, incentivando setores estratégicos de base tecnológica, turismo, economia criativa, agricultura familiar e pesca artesanal, buscando reduzir a exposição a riscos externos e ampliar



a resiliência socioeconômica do município. O PPA 2026–2029, portanto, orienta a formulação de programas e ações que fortaleçam a competitividade, promovam o desenvolvimento sustentável e aumentem a geração de emprego e renda, articulando estratégias de longo prazo com a capacidade de resposta às demandas imediatas do território. Por meio dessa abordagem, Conceição da Barra projeta um crescimento econômico inclusivo, capaz de gerar impactos positivos na qualidade de vida da população e no fortalecimento da gestão municipal.

1.1 Valor Adicionado Bruto por Atividade (2010 a 2018)

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Município de Conceição da Barra, considerando o período de 2010 a 2018, evidencia uma economia predominantemente orientada para o setor terciário, que corresponde, em média, a 52,3% do VAB municipal. O setor industrial, majoritariamente de caráter extrativo, representa cerca de 31,4%, refletindo a importância da exploração de recursos minerais, especialmente petróleo, para a dinâmica econômica local. A agropecuária contribui com 16,3%, destacando-se pela produção de eucalipto, pecuária bovina e atividades ligadas à agricultura familiar. Essa estrutura produtiva demonstra a relevância relativa de cada setor na formação da riqueza municipal, ao mesmo tempo em que evidencia uma dependência significativa do setor de serviços e da indústria extrativa, com limitada diversificação econômica.

Essa configuração econômica reforça a necessidade de adoção de políticas públicas estratégicas voltadas à promoção da inovação, fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável, bem como à criação de alternativas de crescimento que reduzam a vulnerabilidade a flutuações de mercado e preços de commodities. A diversificação econômica constitui um objetivo central para o planejamento municipal, pois permite a geração de empregos mais qualificados, amplia a resiliência do território frente a crises setoriais e fortalece o potencial de desenvolvimento territorial integrado. Nesse contexto, o PPA 2026–2029 estabelece programas e ações destinados a consolidar a base econômica existente, estimular o empreendedorismo, fomentar a cadeia produtiva do turismo e promover a integração entre setores, garantindo que o crescimento econômico seja sustentável, inclusivo e alinhado às necessidades e potencialidades do município de Conceição da Barra.



MERCADO DE TRABALHO

O município de Conceição da Barra, situado no extremo norte do Espírito Santo, apresenta um cenário de desenvolvimento econômico em constante transformação. A análise do mercado de trabalho, da dinâmica dos estabelecimentos econômicos e da geração de empregos formais permite subsidiar o planejamento de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais.

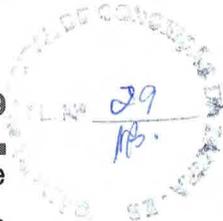
1. Mercado de Trabalho

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), Conceição da Barra apresentou em 2023 um total aproximado de 4.800 vínculos formais de trabalho. A economia local é marcada por forte sazonalidade, em especial no setor de serviços e na agroindústria, com destaque para a cultura de cana-de-açúcar e para o turismo.

O setor de serviços lidera a geração de postos de trabalho formais, seguido pelo setor agrícola e pela administração pública municipal, que é uma importante empregadora na região. A informalidade, contudo, ainda é expressiva, especialmente em áreas como pesca artesanal, comércio ambulante e agricultura familiar, exigindo ações estruturadas de formalização e apoio à economia popular.

1.1 Números de Estabelecimentos por Área

De acordo com os dados mais recentes do IBGE – Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), o município de Conceição da Barra possuía, em 2022, aproximadamente 1.030 estabelecimentos ativos, distribuídos de maneira concentrada nos setores de comércio e serviços. O segmento de comércio e reparação de veículos destaca-se com cerca de 400 estabelecimentos, representando mais de 38% do total, evidenciando forte predominância de micro e pequenos negócios de caráter familiar. O setor de agricultura, pecuária e pesca, com



aproximadamente 220 estabelecimentos, reflete a relevância das atividades rurais e tradicionais para a economia local, enquanto alojamento e alimentação, com cerca de 120 unidades, é impulsionado pelo turismo, sobretudo nas localidades de Itaúnas e na sede municipal. A construção civil e serviços gerais somam cerca de 90 estabelecimentos, e os demais setores, incluindo educação privada, saúde suplementar, transporte e indústria, contabilizam cerca de 200 unidades, majoritariamente microempresas. Essa configuração evidencia um perfil econômico dominado por empreendimentos de pequeno porte, com intensa participação da economia familiar e forte relevância do setor terciário.

A estrutura empresarial apresentada também revela desafios estratégicos para o desenvolvimento econômico municipal, especialmente no que se refere à baixa diversificação industrial e à necessidade de ampliação da capacidade produtiva e tecnológica do município. A predominância de micro e pequenos negócios, embora fortaleça a geração de empregos locais e a economia familiar, demanda políticas públicas voltadas à formalização, capacitação empresarial, acesso ao crédito e incentivo à inovação. O PPA 2026–2029 propõe programas e ações direcionados à promoção de um ambiente de negócios mais robusto, à diversificação produtiva, ao estímulo ao turismo sustentável e à valorização das cadeias produtivas locais, garantindo maior resiliência econômica, geração de emprego qualificado e fortalecimento da economia barrense em consonância com os objetivos estratégicos de desenvolvimento social, humano e territorial.

1.2 Número de Empregos Formais

O mercado de trabalho formal no Município de Conceição da Barra tem apresentado oscilações significativas, influenciado por fatores externos, como a pandemia de COVID-19, e pela sazonalidade das atividades econômicas, especialmente nos setores agrícola e turístico. Em 2023, observou-se um saldo positivo de admissões em relação às demissões, reflexo da retomada das atividades econômicas locais, com maior dinamismo nos setores de comércio e reparação de veículos, educação e construção civil. O total de vínculos formais ativos alcançou aproximadamente 4.800 empregos, demonstrando a importância da formalização para a geração de renda e para a consolidação da economia municipal. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção de emprego e renda,



estímulo à qualificação profissional, fomento à diversificação setorial e fortalecimento do empreendedorismo, garantindo maior estabilidade econômica e resiliência frente a crises conjunturais e sazonais.

A análise detalhada da estrutura do emprego formal revela padrões importantes de inserção social e econômica. A faixa etária predominante no mercado formal está entre 25 e 39 anos, indicando maior concentração da força de trabalho em idade produtiva jovem-adulta, enquanto a composição de gênero apresenta predominância masculina, embora os setores de serviços e comércio apresentem maior equilíbrio. Quanto à escolaridade, observa-se que a maioria dos trabalhadores formais possui ensino médio completo, reforçando a necessidade de programas de capacitação técnica e profissional continuada, alinhados às demandas do mercado local. O PPA 2026–2029 orienta a formulação de políticas integradas de emprego, educação e inclusão produtiva, promovendo a equidade, a geração de oportunidades e a ampliação da competitividade municipal, de modo a fortalecer a economia e assegurar qualidade de vida para a população barrense.

1.2 Considerações Estratégicas para o PPA

Com base no diagnóstico socioeconômico do município, o Plano Plurianual 2026–2029 estabelece como prioridade a implementação de políticas públicas voltadas à diversificação da matriz econômica e ao fortalecimento da capacidade produtiva local. Entre as estratégias centrais estão o estímulo a cadeias produtivas de agroecologia, turismo sustentável e economia criativa, bem como a valorização de arranjos produtivos locais (APLs) e da economia solidária, fomentando a geração de renda e a inclusão produtiva. A formalização do trabalho e o fortalecimento do microempreendedor individual (MEI) constituem pilares fundamentais, garantindo maior segurança jurídica, acesso a crédito, capacitação e sustentabilidade dos empreendimentos. Paralelamente, ações voltadas à atração de novos investimentos e à capacitação técnica da mão de obra local visam fortalecer a competitividade do município e aumentar sua resiliência frente a oscilações de mercado e crises econômicas, promovendo desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Além disso, o Plano promove políticas integradas de inovação, cooperativismo e digitalização de pequenos negócios, buscando modernizar a estrutura produtiva

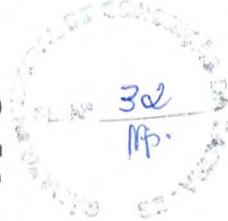


municipal e fomentar a inserção de Conceição da Barra em cadeias econômicas de maior valor agregado. Essas ações estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, ao ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura e ao ODS 10 – Redução das desigualdades, assegurando que as estratégias municipais contribuam para uma economia mais inclusiva, inovadora e competitiva. Dessa forma, o PPA 2026–2029 estabelece diretrizes estratégicas que articulam o planejamento econômico, a capacitação da população e a promoção de oportunidades, consolidando uma gestão pública orientada por resultados, responsável e comprometida com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população barrensense.

FINANÇAS MUNICIPAIS

O Município de Conceição da Barra apresenta, ao longo do período de 2021 a 2024, uma trajetória de crescimento contínuo de sua receita corrente e total, refletindo o incremento das receitas próprias, transferências constitucionais e receitas vinculadas. Em 2021, a receita total registrada foi de R\$ 108.507.941,60, aumentando significativamente para R\$ 152.728.456,27 em 2022, R\$ 169.504.890,25 em 2023 e alcançando R\$ 208.071.997,28 em 2024. Este crescimento demonstra a capacidade do município em ampliar sua arrecadação, refletindo o fortalecimento da gestão tributária e o incremento de recursos provenientes de transferências governamentais, além da implementação de políticas públicas que estimulam a economia local e aumentam a base de arrecadação.

Paralelamente, observa-se evolução equivalente nas despesas empenhadas, que refletem a execução orçamentária anual do município. Em 2021, a despesa empenhada totalizou R\$ 102.283.800,59, alcançando R\$ 142.261.110,32 em 2022, R\$ 165.644.336,08 em 2023 e R\$ 208.558.574,23 em 2024. A trajetória ascendente das despesas acompanha o crescimento da receita, demonstrando equilíbrio fiscal e capacidade de alocar recursos de acordo com as prioridades definidas pelo planejamento municipal. O aumento da execução orçamentária é acompanhado de medidas de controle e monitoramento que buscam garantir a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.



No que se refere aos investimentos em despesa de capital, observa-se incremento expressivo ao longo do período analisado, evidenciando a atenção do município à modernização da infraestrutura urbana e rural, bem como à implementação de projetos estratégicos de desenvolvimento local. Em 2021, os investimentos totalizaram R\$ 4.789.030,03, saltando para R\$ 12.384.197,37 em 2022, R\$ 13.862.746,29 em 2023 e alcançando R\$ 21.666.488,80 em 2024. Essa evolução indica um esforço contínuo para ampliar a capacidade de investimento, com foco na melhoria de serviços públicos essenciais e no atendimento às demandas estruturais da população.

A aplicação dos recursos na saúde demonstra compromisso com os preceitos constitucionais e com a promoção do bem-estar social. Em 2021, o município destinou 15,35% da receita total à saúde, percentual que se elevou para 20,89% em 2022. Em 2023, a aplicação correspondeu a 20,35%, e em 2024 manteve-se em 19,78%. Esses índices indicam que a administração municipal assegura recursos consistentes para a manutenção e ampliação de serviços de saúde, incluindo atenção básica, programas preventivos e investimentos em infraestrutura hospitalar, atendendo aos princípios do Sistema Único de Saúde e garantindo acesso universal e equitativo à população.

Quanto à educação, observa-se trajetória de incremento significativo na aplicação de recursos, refletindo o compromisso do município com a melhoria da qualidade de ensino e a ampliação do atendimento educacional. Em 2021, a aplicação na área foi de 20,25%, passando para 26,67% em 2022, 27,22% em 2023 e 27,11% em 2024. Estes percentuais destacam o esforço da administração em assegurar financiamento adequado para manutenção de escolas, capacitação de docentes, aquisição de materiais didáticos e investimentos em infraestrutura educacional, contribuindo diretamente para o desempenho escolar e a formação integral dos estudantes.

A análise da folha de pagamento e despesas com pessoal demonstra atenção do município à sustentabilidade fiscal e ao equilíbrio entre os gastos com servidores e outras demandas públicas. Em 2021, a aplicação com pessoal atingiu 59,95% da receita, reduzindo-se para 49,08% em 2022, 50,86% em 2023 e 47% em 2024. A redução gradual e sustentada indica políticas de contenção e otimização de gastos, preservando a capacidade de investimento e ampliando a margem para despesas



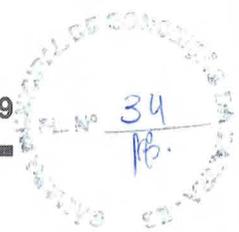
prioritárias, ao mesmo tempo em que garante cumprimento da legislação vigente sobre limites de despesa com pessoal.

O crescimento consistente da receita total em relação ao aumento das despesas evidencia gestão fiscal responsável, que permite conciliar a manutenção de serviços essenciais, investimentos em infraestrutura e atendimento às demandas sociais. A trajetória positiva das receitas, aliada à execução equilibrada das despesas, confere ao município maior capacidade de planejamento e implementação de políticas públicas de médio e longo prazo, fortalecendo a sustentabilidade financeira e a capacidade de entrega de resultados concretos à população.

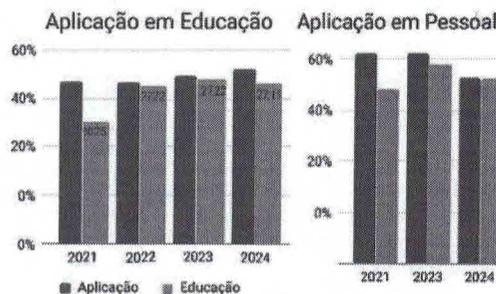
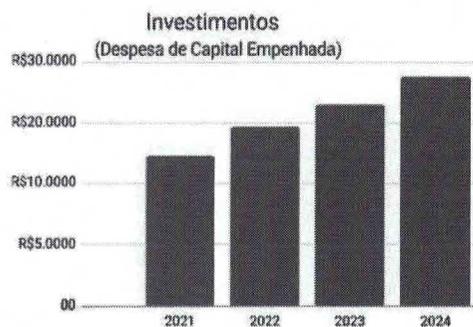
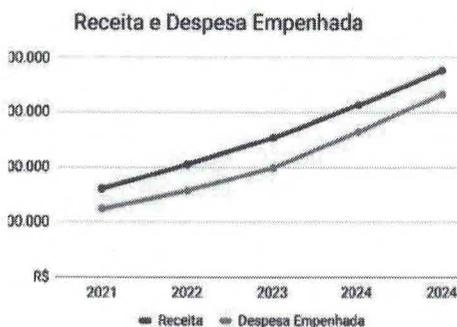
O aumento progressivo dos investimentos em capital ao longo do período reforça a estratégia municipal de priorizar obras e aquisições que ampliam a capacidade instalada dos serviços públicos, promovem modernização da infraestrutura e fomentam o desenvolvimento econômico local. O incremento significativo de 2021 a 2024 evidencia a atenção dada à execução de projetos estratégicos, com impacto direto na qualidade de vida da população, dinamização econômica e fortalecimento da governança municipal.

As despesas sociais, especialmente saúde e educação, mantêm-se em patamares compatíveis com a legislação e com os objetivos do Plano Plurianual, demonstrando compromisso com a priorização de políticas públicas essenciais. A alocação consistente de recursos nestas áreas permite o desenvolvimento de programas contínuos e estruturados, garantindo melhoria na prestação de serviços, ampliação do acesso e promoção da equidade social.

Em síntese, a análise das finanças públicas de Conceição da Barra entre 2021 e 2024 evidencia crescimento sustentável da receita, equilíbrio na execução das despesas, incremento nos investimentos e atenção às áreas sociais prioritárias. Essa trajetória demonstra a capacidade do município em planejar, gerir e aplicar recursos públicos de forma eficiente, fortalecendo a gestão fiscal e promovendo desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura adequada e bem-estar da população barrense, consolidando um ambiente fiscal saudável para os próximos anos.



Ano	Receita Total (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Investimento / Despesa de Capital (R\$)	Aplicação Saúde (%)	Aplicação Educação (%)	Aplicação Pessoal (%)
2021	108.507.941,60	102.283.800,59	4.789.030,03	15,35	20,25	59,95
2022	152.728.456,27	142.261.110,32	12.384.197,37	20,89	26,67	49,08
2023	169.504.890,25	165.644.336,08	13.862.746,29	20,35	27,22	50,86
2024	208.071.997,28	208.558.574,23	21.666.488,80	19,78	27,11	47,00



DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública de Conceição da Barra, município localizado no norte do Espírito Santo, constitui um aspecto central na análise da saúde financeira e da sustentabilidade fiscal da administração local. Essa dívida compreende os compromissos financeiros assumidos pelo município junto a credores internos e externos, incluindo empréstimos, financiamentos e precatórios, os quais impactam diretamente a capacidade do governo municipal de investir em serviços essenciais, infraestrutura e políticas públicas.

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PLANO PLURIANUAL 2026/2029

35
110

Nos últimos anos, o acompanhamento da dívida tem se tornado ainda mais relevante em razão da necessidade de conciliar o atendimento às demandas sociais com a manutenção do equilíbrio fiscal. A gestão responsável da dívida envolve não apenas o cumprimento pontual das obrigações, mas também o planejamento estratégico para evitar que o endividamento comprometa a capacidade de investimento futuro.

Além disso, a transparência na divulgação das informações sobre a dívida pública é fundamental para assegurar a confiança da população e dos órgãos de controle, permitindo que a sociedade acompanhe como os recursos são utilizados e como o município administra suas obrigações financeiras. Em Conceição da Barra, o monitoramento contínuo da dívida pública é, portanto, um instrumento indispensável para a preservação da estabilidade econômica municipal e para a promoção de uma gestão pública eficiente e sustentável.



PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DA BARRA

Praça Prefeito Luis da Costa S/N

Demonstração da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 Exercício 2021

Entidades Financeiras	AUTORIZAÇÕES			MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				
	Saldo Exerc Ant em Circulação	Emissão da Dívida	Atualização	Encargos (juros/multas)	Amortização	Cancelamento	Transferência	Saldo Atual
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR								
IN.S.S. REPARCELAM.10/05/2002	6.377.464,55	0,00	3.191.553,28	0,00	846.402,19	0,00	0,00	8.722.615,64
RPPS - DÉBITO PARCELADO	952.923,14	0,00	4.461.739,84	0,00	455.827,44	0,00	0,00	4.588.035,54
Soma	6.930.387,69	0,00	7.653.293,12	0,00	1.302.029,63	0,00	0,00	13.281.651,16
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS / PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DI								
	1.094.646,57	4.226.563,73	0,00	7.545.710,69	0,00	0,00	0,00	11.772.274,42
Soma	1.094.646,57	4.226.563,73	0,00	7.545.710,69	0,00	0,00	0,00	11.772.274,42
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO								
PARCELAMENTO CESAN	124.759,40	710,19	0,00	0,00	14.059,08	0,00	0,00	111.401,51
PARCELAMENTO ESCELSA	372.000,00	0,00	0,00	0,00	351.982,56	0,00	0,00	20.017,44
Soma	496.759,40	710,19	0,00	0,00	366.041,64	0,00	0,00	131.418,95
Total Geral	8.521.784,66	4.227.273,92	7.653.293,12	7.545.710,69	1.668.071,27	0,00	0,00	25.165.344,55



PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DA BARRA

Praça Prefeito Luis da Costa S/N

Demonstração da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 Exercício 2022

Entidades Financeiras	AUTORIZAÇÕES			MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				
	Saldo Exerc Ant em Circulação	Emissão da Dívida	Atualização	Encargos (juros/multas)	Amortização	Cancelamento	Transferências	Saldo Atual
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR								
IN.S.S. REPARCELAM.10/05/2002	8.722.615,64	0,00	089.285,94	0,00	760.823,36	0,00	0,00	8.561.078,22
RPPS - DÉBITO PARCELADO	4.559.035,54	0,00	698.968,01	0,00	516.583,07	0,00	0,00	4.741.420,48
Soma	13.281.651,16	0,00	1.288.253,95	0,00	1.277.406,43	0,00	0,00	13.302.488,70
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS / PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DI								
	11.772.274,42	0,00	460.982,95	0,00	0,00	0,00	0,00	12.253.257,37
Soma	11.772.274,42	0,00	460.982,95	0,00	0,00	0,00	0,00	12.253.257,37
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO								
PARCELAMENTO CESAN	111.401,51	0,00	0,00	0,00	7.352,52	0,00	0,00	104.048,99
PARCELAMENTO ESCELSA	20.017,44	584.860,99	0,00	0,00	604.877,53	0,00	0,00	0,00
Soma	131.418,95	584.860,99	0,00	0,00	612.230,05	0,00	0,00	104.048,99
Total Geral	25.165.344,55	584.860,99	1.779.236,90	0,00	1.889.636,48	0,00	0,00	25.699.805,66



PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DA BARRA

Praça Prefeito Luís da Costa S/N

Demonstração da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 Exercício 2023

Entidades Financeiras	AUTORIZAÇÕES			MOVIMENTO NO EXERCÍCIO					Saldo Atual
	Saldo Exerc Ant em Circulação	Emissão da Dívida	Atualização	Encargos (juros/multas)	Amortização	Cancelamento	Transferência		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR									
I.N.S.S. REPARCELAM.10/05/2002	8.561.078,22	348.075,90	563.998,57	0,00	850.385,37	0,00	0,00	8.622.767,32	
RPPS - DÉBITO PARCELADO	4.741.420,48	0,00	473.684,28	0,00	559.048,12	0,00	0,00	4.656.056,64	
Soma	13.302.498,70	348.075,90	1.037.682,85	0,00	1.409.433,49	0,00	0,00	13.278.825,96	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS / PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DI									
	12.253.267,37	0,00	567.627,51	0,00	0,00	0,00	0,00	12.820.894,88	
Soma	12.253.267,37	0,00	567.627,51	0,00	0,00	0,00	0,00	12.820.894,88	
OUTRAS OBRIGACOES A LONGO PRAZO PARCELAMENTO CESAN									
	104.048,99	0,00	0,00	0,00	8.795,49	0,00	0,00	95.253,50	
Soma	104.048,99	0,00	0,00	0,00	8.795,49	0,00	0,00	95.253,50	
Total Geral	25.659.805,66	348.075,90	1.605.310,36	0,00	1.418.228,98	0,00	0,00	26.194.964,34	

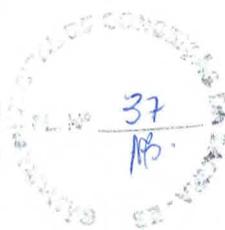


PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DA BARRA

Praça Prefeito Luís da Costa S/N

Demonstração da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 Exercício 2024

Entidades Financeiras	AUTORIZAÇÕES			MOVIMENTO NO EXERCÍCIO					Saldo Atual
	Saldo Exerc Ant em Circulação	Emissão da Dívida	Atualização	Encargos (juros/multas)	Amortização	Cancelamento	Transferência		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR									
I.N.S.S. REPARCELAM.10/05/2002	6.622.767,32	0,00	429.921,52	0,00	1.156.082,14	0,00	0,00	7.896.597,00	
RPPS - DÉBITO PARCELADO	4.656.058,64	6.379.510,49	868.271,56	0,00	1.475.886,62	0,00	0,00	10.425.974,07	
Soma	13.278.825,96	6.379.510,49	1.298.193,08	0,00	2.631.968,76	0,00	0,00	18.322.571,07	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS / PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DI									
	12.820.894,88	0,00	438.717,32	0,00	0,00	0,00	0,00	13.259.622,20	
Soma	12.820.894,88	0,00	438.717,32	0,00	0,00	0,00	0,00	13.259.622,20	
OUTRAS OBRIGACOES A LONGO PRAZO PARCELAMENTO CESAN									
	95.253,50	0,00	0,00	0,00	24.648,13	0,00	0,00	70.605,37	
Soma	95.253,50	0,00	0,00	0,00	24.648,13	0,00	0,00	70.605,37	
Total Geral	26.194.964,34	6.379.510,49	1.734.910,70	0,00	2.656.616,89	0,00	0,00	31.052.778,64	

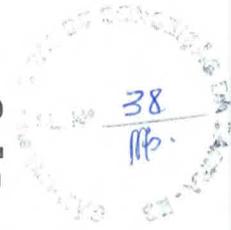


POPULAÇÃO BARRENSE E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 de Conceição da Barra teve como premissa fundamental a participação social, garantindo que a população barrense pudesse contribuir ativamente para a definição das prioridades e estratégias de governo. Com o objetivo de ampliar o envolvimento cidadão, foram realizadas audiências públicas em diferentes regiões do município, proporcionando espaço para que moradores, lideranças comunitárias e representantes de segmentos sociais apresentassem suas demandas, sugestões e propostas de políticas públicas.

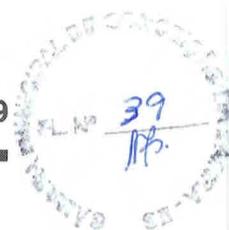
Além das audiências públicas presenciais, a Prefeitura de Conceição da Barra disponibilizou no portal oficial da instituição um link específico para a população enviar propostas de forma digital. Essa iniciativa permitiu que cidadãos que não puderam comparecer aos encontros físicos também participassem do processo, fortalecendo a transparência e a acessibilidade do planejamento governamental. As contribuições recebidas foram analisadas e consideradas na estruturação dos eixos estratégicos, programas e ações do PPA, reforçando o caráter democrático do planejamento municipal.

O processo participativo contou ainda com a escuta de conselhos municipais, entre eles o Conselho Municipal de Assistência Social, que desempenhou papel consultivo essencial na identificação das prioridades relacionadas à proteção social e ao atendimento de grupos em situação de vulnerabilidade. A integração das propostas desses conselhos com as sugestões da população contribuiu para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, equitativas e alinhadas às necessidades reais da comunidade.



A participação social no PPA também envolveu encontros setoriais com representantes de áreas específicas, como educação, saúde e meio ambiente, permitindo um diálogo direto sobre os desafios e as oportunidades de desenvolvimento do município. Essa interação garantiu que os programas e ações do plano fossem formulados com base em informações concretas e em conhecimento técnico, reforçando a eficiência e a pertinência das políticas públicas propostas.

Por fim, a experiência de planejamento participativo adotada no PPA 2026–2029 consolidou o compromisso do município de Conceição da Barra com a transparência, a legitimidade e a corresponsabilização da população na construção das políticas públicas. Ao promover mecanismos que integrassem audiências públicas, participação digital e consulta aos conselhos municipais, o município assegurou que o plano refletisse de maneira mais fiel as aspirações da sociedade, fortalecendo a governança democrática e a qualidade das decisões estratégicas para o quadriênio.



DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA

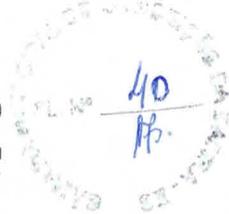
Eixo I – Equidade Territorial, Social e Econômica

O Plano de Governo de José Erivan Tavares para Conceição da Barra propõe ações concretas para reduzir as desigualdades sociais e promover a integração dos territórios urbanos e rurais. Através de políticas públicas que visam à melhoria da infraestrutura, acesso a serviços essenciais e geração de oportunidades econômicas, busca-se garantir que todas as comunidades do município tenham igualdade de condições para o desenvolvimento social e econômico.

A implementação de programas voltados para a educação, saúde, habitação e transporte é fundamental para alcançar a equidade territorial. Investimentos em obras de infraestrutura, como pavimentação de ruas, construção de unidades de saúde e escolas, além da ampliação do acesso ao transporte público, são medidas previstas para promover a inclusão social e econômica das populações mais vulneráveis.

Além disso, o governo municipal pretende estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil e setor privado para fomentar a geração de emprego e renda, especialmente em áreas com maiores índices de pobreza. A capacitação profissional e o incentivo ao empreendedorismo local são estratégias para fortalecer a economia barrense e reduzir as disparidades econômicas entre os diferentes territórios do município.

A participação ativa da comunidade é essencial para o sucesso dessas iniciativas. O prefeito José Erivan Tavares compromete-se a manter canais de diálogo abertos com a população, ouvindo suas demandas e sugestões, e incorporando-as na formulação e execução das políticas públicas. Audiências públicas, consultas



populares e reuniões com lideranças comunitárias serão realizadas para garantir que as ações do governo atendam às reais necessidades da população.

Com essas ações, o objetivo é promover uma Conceição da Barra mais justa e igualitária, onde todos os cidadãos tenham acesso às mesmas oportunidades e possam viver com dignidade, independentemente de sua localização ou condição social.

Eixo II – Cidade Integrada, Acessível e Justa

O Plano de Governo de José Erivan Tavares propõe transformar Conceição da Barra em uma cidade integrada, acessível e justa, onde a mobilidade urbana e a qualidade de vida sejam prioridades. Para isso, serão realizados investimentos significativos em infraestrutura urbana, visando melhorar o tráfego, a segurança e o conforto dos cidadãos.

A pavimentação de ruas, construção de calçadas, instalação de sinalização adequada e iluminação pública eficiente são algumas das ações previstas para tornar a cidade mais segura e acessível para todos. Além disso, serão implementados projetos de revitalização de espaços públicos, como praças e áreas de lazer, para promover o convívio social e o bem-estar da população.

A acessibilidade também será contemplada com a adaptação de espaços e serviços para pessoas com deficiência, garantindo que todos tenham igualdade de condições para se locomover e participar da vida urbana. O transporte público será ampliado e melhorado, com a criação de novas linhas e a modernização da frota, para facilitar o deslocamento da população e reduzir os congestionamentos.

A gestão urbana será pautada pela justiça social, com políticas que busquem equilibrar o desenvolvimento entre as diferentes regiões da cidade, evitando a concentração de investimentos em áreas específicas e promovendo o crescimento ordenado e sustentável. Serão estimuladas parcerias público-privadas para viabilizar projetos de urbanização e infraestrutura, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



Com essas ações, o governo municipal pretende construir uma cidade mais integrada, acessível e justa, onde todos os moradores tenham condições adequadas de habitação, mobilidade e convivência social, contribuindo para o fortalecimento do senso de comunidade e cidadania.

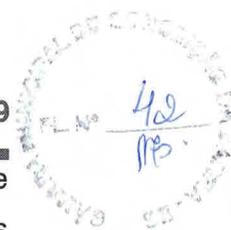
Eixo III – Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

O Plano de Governo de José Erivan Tavares prioriza a promoção da saúde, o acolhimento social e o bem-estar da população barrense. Serão implementadas políticas públicas voltadas para a melhoria dos serviços de saúde, assistência social e apoio à comunidade, com o objetivo de garantir qualidade de vida e dignidade para todos os cidadãos.

Na área da saúde, serão ampliados os atendimentos nas unidades de saúde existentes e construídas novas unidades em regiões carentes, além da contratação de profissionais qualificados para atender às demandas da população. Serão promovidas campanhas educativas sobre prevenção de doenças e promoção da saúde, visando conscientizar a população sobre hábitos saudáveis e cuidados preventivos.

A assistência social será fortalecida com a ampliação dos serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), incluindo programas de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, atendimento psicossocial e encaminhamento para serviços especializados. Serão também criados espaços de convivência comunitária, onde os cidadãos possam participar de atividades culturais, esportivas e de lazer, promovendo a integração social e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

O governo municipal também se compromete a promover a inclusão social de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, idosos e populações em situação de rua, garantindo-lhes acesso a serviços e oportunidades de participação na vida comunitária. Serão implementadas políticas de valorização da diversidade e combate à discriminação, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.



Com essas ações, o objetivo é construir uma Conceição da Barra mais acolhedora e solidária, onde todos os cidadãos tenham acesso aos serviços e oportunidades necessárias para uma vida plena e digna, fortalecendo o tecido social e promovendo o bem-estar coletivo.

Eixo IV – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

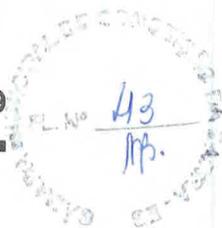
José Erivan Tavares reconhece a importância da cultura e da educação para o desenvolvimento de Conceição da Barra e, por isso, propõe ações que visam ampliar o acesso da população a bens culturais e oportunidades educacionais. Serão realizados investimentos na construção e reforma de escolas, capacitação de professores e promoção de atividades culturais que valorizem a identidade local.

Na área da educação, serão implementados programas de incentivo à permanência dos alunos na escola, com a oferta de transporte escolar, alimentação e materiais didáticos. Serão promovidas ações para melhorar a qualidade do ensino, com a capacitação contínua dos profissionais da educação e a implementação de metodologias pedagógicas inovadoras.

A cultura local será valorizada através do apoio a manifestações culturais tradicionais, como festas populares, danças e músicas típicas, além da promoção de eventos culturais que envolvam a comunidade e atraiam turistas. Serão criados espaços culturais, como centros culturais e bibliotecas, para oferecer à população acesso a atividades culturais e de lazer.

O governo municipal também se compromete a incentivar a produção cultural local, apoiando artistas e grupos culturais através de editais e parcerias, promovendo a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade barrense. Serão estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior e organizações culturais para promover intercâmbios culturais e programas de formação artística.

Com essas ações, o objetivo é construir uma Conceição da Barra mais educada, culta e criativa, onde a população tenha acesso a oportunidades de aprendizado e expressão cultural, contribuindo para o desenvolvimento humano e a valorização da identidade local.



Eixo V – Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

José Erivan Tavares reconhece a importância da preservação ambiental para o futuro de Conceição da Barra e propõe ações que visam proteger os recursos naturais e promover a sustentabilidade. Serão implementadas políticas públicas voltadas para a conservação ambiental, gestão dos recursos hídricos, tratamento de resíduos e educação ambiental.

A gestão dos recursos hídricos será aprimorada com a implementação de sistemas de abastecimento de água eficientes e sustentáveis, além da construção de unidades de tratamento de esgoto para garantir a qualidade da água e prevenir doenças. Serão realizados investimentos na infraestrutura de saneamento básico, incluindo a ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto.

A gestão de resíduos sólidos será aprimorada com a implementação de programas de coleta seletiva, reciclagem e compostagem, visando reduzir o volume de resíduos destinados aos aterros sanitários e promover a economia circular. Serão realizados investimentos na construção de unidades de triagem e compostagem, além da promoção de campanhas educativas sobre consumo consciente e descarte adequado de resíduos.

A educação ambiental será promovida nas escolas e comunidades, com a realização de atividades educativas sobre preservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e mudanças climáticas. Serão estabelecidos programas de capacitação para gestores públicos e lideranças comunitárias, visando fortalecer a gestão ambiental local.

Com essas ações, o objetivo é construir uma Conceição da Barra mais sustentável e resiliente, onde os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações e a população tenha qualidade de vida em um ambiente saudável e equilibrado.

EIXO VI – Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva

A dinamização econômica de Conceição da Barra requer ações integradas que promovam o desenvolvimento sustentável, competitivo e inclusivo. Este eixo visa

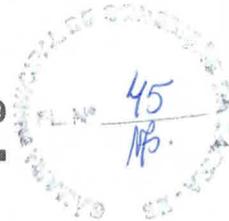


transformar a realidade socioeconômica do município por meio do fortalecimento das atividades produtivas, do estímulo ao empreendedorismo local e da valorização dos recursos naturais e culturais da região. O turismo, a agricultura familiar, a pesca artesanal e a economia criativa são setores estratégicos que serão incentivados com políticas públicas específicas, voltadas à geração de emprego e renda. Através de parcerias com o setor privado e instituições de ensino, o município buscará fomentar a inovação, melhorar a produtividade e qualificar a mão de obra local.

A inclusão produtiva será promovida com foco na equidade, assegurando oportunidades para os grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais. A formalização de pequenos negócios, o acesso ao microcrédito e o apoio técnico às cooperativas e associações serão elementos essenciais na construção de uma economia mais justa e participativa. O município atuará na integração das políticas de assistência social com estratégias de inserção no mercado de trabalho, buscando superar a pobreza por meio do fortalecimento da autonomia econômica das famílias.

O desenvolvimento econômico de Conceição da Barra também estará alinhado com os princípios da sustentabilidade ambiental. Incentivos à produção agroecológica, à economia circular e à gestão eficiente dos recursos naturais serão fundamentais para garantir a preservação do meio ambiente e a adaptação às mudanças climáticas. O ordenamento territorial e o apoio à regularização fundiária das áreas produtivas também serão prioridades, favorecendo a segurança jurídica para os produtores locais e atraindo novos investimentos sustentáveis para o município.

Por fim, será fundamental consolidar um ambiente favorável aos negócios, com melhoria da infraestrutura urbana e rural, desburocratização dos processos administrativos e ampliação do acesso à tecnologia e à informação. O município buscará articular ações com os governos estadual e federal para captar recursos, projetos e programas que fortaleçam o desenvolvimento local e regional. Dessa forma, Conceição da Barra se posicionará como um território economicamente dinâmico, com oportunidades para todos e comprometido com o bem-estar das gerações presentes e futuras.



EIXO VII – Governança Municipal

A governança municipal é o alicerce de uma gestão pública eficiente, democrática e voltada para os interesses da população. Este eixo estratégico do PPA visa fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura de Conceição da Barra, promovendo uma gestão planejada, transparente e participativa. O planejamento estratégico será utilizado como ferramenta central para orientar a formulação, a execução e o monitoramento das políticas públicas, assegurando coerência entre as prioridades da gestão e as necessidades reais da população. Com isso, pretende-se alcançar melhores resultados com mais eficiência, responsabilidade e controle social.

A participação cidadã será promovida por meio de conselhos municipais ativos, audiências públicas periódicas, ouvidorias acessíveis e plataformas digitais de escuta e diálogo. Fortalecer os mecanismos de controle social é essencial para garantir que as políticas públicas reflitam a vontade da sociedade e sejam constantemente aperfeiçoadas. A gestão municipal buscará incentivar uma cultura de colaboração entre o poder público, a sociedade civil organizada e os cidadãos, valorizando a escuta ativa e o envolvimento direto das comunidades nas decisões que impactam seus territórios.

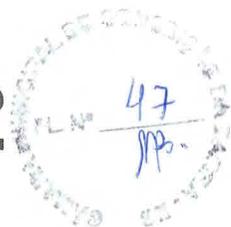
No campo da administração pública, serão adotadas medidas para garantir maior eficiência nos gastos, otimização dos recursos humanos e modernização dos processos internos. A adoção de tecnologias da informação e a digitalização dos serviços serão prioridades para facilitar o acesso do cidadão ao poder público e aumentar a transparência administrativa. O equilíbrio fiscal também será perseguido com rigor, assegurando uma gestão orçamentária responsável e sustentável, que evite desperdícios e amplie a capacidade de investimento em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura.

A transparência será um princípio transversal em todas as ações do governo municipal. A publicação clara e acessível de dados, contratos, licitações e resultados permitirá à população acompanhar a aplicação dos recursos públicos e cobrar os devidos resultados. Programas de formação continuada para servidores públicos



serão implementados, com o objetivo de profissionalizar a gestão e estimular uma cultura de inovação e excelência nos serviços prestados. Com isso, Conceição da Barra consolidará uma governança comprometida com a ética, a participação popular e a melhoria contínua da qualidade de vida da sua população.

Assim, o Eixo VII – Governança Municipal encerra a apresentação dos eixos estratégicos do PPA 2026–2029, consolidando o compromisso da administração com a modernização institucional, a transparência e a responsabilidade fiscal. Ao integrar participação social, inovação administrativa e rigor na gestão das finanças públicas, esse eixo garante que os demais encontrem sustentação política e técnica para a sua efetiva implementação. Dessa forma, a governança municipal assume papel estruturante, assegurando que as diretrizes planejadas se convertam em resultados concretos para a população, dentro de um modelo de gestão democrática, eficiente e sustentável.



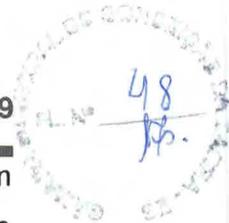
FONTES DE FINANCIAMENTO DO PPA

O financiamento das ações governamentais previstas no Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 do Município de Conceição da Barra assenta-se em um conjunto diversificado de receitas públicas, cuja classificação e detalhamento constam dos anexos do documento. Essas fontes de financiamento representam a base material necessária para a implementação das políticas públicas e a consecução dos objetivos estratégicos definidos pela administração municipal.

O planejamento das receitas, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas que regem a administração orçamentária e financeira, é fundamental para assegurar a sustentabilidade da gestão pública. Assim, o PPA não se limita a definir metas e programas, mas apresenta também os instrumentos de captação de recursos que irão permitir a sua execução ao longo do período de quatro anos.

As receitas previstas no PPA podem ser agrupadas em grandes categorias, abrangendo tanto ingressos de natureza própria quanto transferências intergovernamentais. Essa estrutura evidencia o equilíbrio necessário entre autonomia fiscal municipal e cooperação federativa, condição indispensável para o cumprimento das atribuições constitucionais do ente local.

No campo das receitas próprias, incluem-se tributos municipais, taxas pelo exercício do poder de polícia e pela utilização de serviços públicos específicos, bem como contribuições e rendimentos patrimoniais. Esses recursos refletem a capacidade de arrecadação local e representam a expressão direta da relação entre o cidadão e o ente municipal, reforçando a importância de políticas de modernização cadastral, eficiência na cobrança e combate à evasão fiscal.



As receitas provenientes da exploração do patrimônio público também compõem parte relevante da base de financiamento. Elas se originam da utilização e da gestão de bens e ativos municipais, como imóveis, concessões de uso e aplicações financeiras. Ainda que não constituam a principal fonte de receita, assumem papel estratégico na diversificação das entradas orçamentárias e no fortalecimento da autonomia financeira do município.

No que se refere às receitas de serviços, estas decorrem da contraprestação de determinados serviços administrativos ou operacionais prestados pelo poder público. Embora a sua representatividade em relação ao montante global seja menor, a sua presença na matriz de financiamento é indicativa de que a administração busca alternativas para ampliar a base de receitas, evitando a excessiva dependência de transferências externas.

As transferências correntes constituem, tradicionalmente, a principal fonte de recursos para os municípios brasileiros, e não é diferente no caso de Conceição da Barra. Esses repasses, provenientes da União e do Estado, incluem cotas-parte de tributos, fundos de participação e transferências vinculadas a políticas setoriais, como saúde, educação e assistência social. Seu papel é assegurar a manutenção dos serviços essenciais e garantir condições mínimas de funcionamento da máquina pública.

Além das transferências correntes, o PPA prevê também receitas de capital, oriundas de transferências específicas para investimentos. Esses recursos são, em sua maioria, provenientes de convênios, parcerias e emendas parlamentares, e se destinam à realização de obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos e modernização da gestão pública. Apesar de seu caráter eventual e condicionado, representam oportunidade relevante de ampliação da capacidade de investimento do município.

O conjunto das receitas correntes e de capital, devidamente estimado no PPA, compõe a base orçamentária que sustentará a execução dos programas governamentais. Os valores detalhados nos anexos do documento evidenciam a preocupação da administração municipal com o planejamento de médio prazo, em



consonância com a realidade fiscal do município e com as projeções macroeconômicas nacionais.

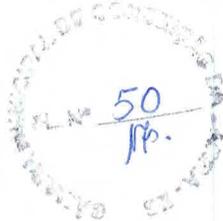
A diversidade de fontes de financiamento constitui elemento essencial para a estabilidade fiscal. Quanto maior a variedade de receitas, menor o risco de vulnerabilidade do orçamento frente a eventuais oscilações econômicas ou quedas de arrecadação em determinados setores. Nesse sentido, a estratégia municipal é assegurar equilíbrio entre receitas próprias, receitas patrimoniais, serviços e transferências, mitigando riscos e promovendo resiliência fiscal.

Cabe destacar ainda a relevância do aprimoramento da gestão tributária como instrumento de fortalecimento das receitas próprias. Investimentos em tecnologia da informação, atualização cadastral, fiscalização eficiente e mecanismos de incentivo ao pagamento voluntário podem ampliar a arrecadação sem a necessidade de criação de novos tributos, assegurando justiça fiscal e legitimidade na cobrança.

No tocante às transferências, é fundamental que o município desenvolva mecanismos de monitoramento e controle para garantir que os recursos recebidos sejam aplicados em conformidade com as normas legais e com os objetivos pactuados. A gestão eficiente dessas receitas é determinante não apenas para a regularidade fiscal, mas também para a manutenção de credibilidade junto aos órgãos de controle e parceiros institucionais.

Já as receitas de capital, por seu caráter eventual, exigem planejamento estratégico. É necessário que os projetos e programas sejam estruturados de modo a captar e executar eficientemente esses recursos, transformando-os em investimentos de impacto duradouro para a população. A boa utilização desses recursos pode gerar efeitos multiplicadores sobre a economia local e sobre a qualidade dos serviços públicos.

O PPA também reforça a importância da transparência e da participação social na gestão das fontes de financiamento. O detalhamento das receitas nos anexos do documento possibilita à sociedade civil acompanhar a origem dos recursos e avaliar a coerência entre o planejamento e a execução orçamentária, fortalecendo os princípios de accountability e de controle social previstos na Constituição.



Em síntese, as fontes de financiamento do PPA 2026–2029 do Município de Conceição da Barra estão organizadas de maneira a assegurar equilíbrio fiscal, autonomia relativa e capacidade de investimento. Embora a receita total projetada seja da ordem de **R\$ 227 milhões**, os valores específicos encontram-se discriminados nos anexos do documento. A efetividade desse planejamento dependerá da eficiência administrativa, da gestão responsável das receitas e da capacidade de o município articular-se com os demais entes federados para garantir recursos adicionais.

PL. Nº 51
118.

CADERNO 02

1

CERTIDÃO

Certifico que nesta data atuei o presente processo:

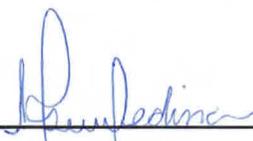
ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 91/2025.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL (PPA) DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA PARA O QUADRIÊNIO 2026 - 2029.

Originado, Prefeitura Contendo 50 (cinquenta) laudas.

PROTOCOLADO SOB O Nº 1598/2025

Conceição da Barra-ES, 29 de agosto de 2025



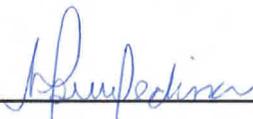
MARLEUSA SAMPAIO MEDINA

Protocolista

REMESSA

Nesta data faço remessa dos presentes autos à Secretaria Legislativa, desta Augusta Casa de Leis.

Conceição da Barra-ES, 29 de agosto de 2025



MARLEUSA SAMPAIO MEDINA

Protocolista